

Devagar, quase parando



A manutenção pelo Congresso de seis vetos presidenciais e a derrubada de outros cinco ao projeto que institui o regime único para os servidores públicos não chegam a caracterizar vitória nem derrota do governo. Numa interpretação ligeira e a distância, parece confirmar o impulso de independência do Legislativo, refletindo ainda sua profunda desorganização partidária.

O que quer dizer que se não funciona o fluido bloco governista, com unidade consistente e solidária, também a oposição, cada vez mais intrigada e cindida, denuncia sua fragilidade e suas contradições.

Um episódio a mais na longa série dos desacertos parlamentares, por mais significativo, não justifica alarme.

Em todo o caso, merece ser analisado com seriedade e como um chamamento à razão.

Renovado pelo voto da minoria absoluta do eleitorado, xingado pela opinião pública com índice baixíssimo de credibilidade que fecha a raia em pesquisas recentes, a verdade é que o Congresso está visivelmente empenhado em reabilitar-se, em reaproximar-se do eleitorado esquivo. Afinal, cada parlamentar joga a parada da sobrevivência. A dele e a da instituição.

Apenas boas intenções não bastam. O esforço de recuperação do Legislativo não se orienta por um plano geral, não obedece às inspirações de lideranças com efetivo comando, não busca alcançar objetivos definidos. É assim como que um mutirão aloprado, marcando pontos e, em alguns casos, desmaiando em desanimadoras decaídas.

Por vezes o azar da coincidência justapõe contradições. Para ficar em exemplo que é de agora. A Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fraudes e roubalheiras no espantoso escândalo da Previdência Social merece aplausos pela iniciativa de oportunidade inquestionável e pela seriedade com que vem se aplicando ao duro desafio de desvendar o que o governo não conseguiu comprovar, apesar de ter à sua disposição todos os recursos e amplo acesso às fontes de informação.

O embalo de entusiasmo recebe ducha fria de decepção com a molecagem da vaia ao Volnei que a provocara até o desacato com depoimento grotesco pelas negações e recuos. A CPI dispõe de instrumentos legais legítimos para chamar a testemunha às falas. Não podia faltar à compostura e ainda mais numa época de costumes frouxos, quando até o presidente apela para a baixaria de arrotar valentia invocando a coloração roxa de seus penduricalhos.

Como desculpa, pode-se alegar que o incidente não apresenta maior gravidade e que senadores e deputados reagiram com irritação incontrolável ao deboche de testemunha que prometia arrepiantes revelações, chegando a exigir sessão secreta, e não foi além da repetição do que já está publicado pela imprensa e ainda sujeito à apuração. Mas, convenhamos, parlamentares agredindo de-

poente com assuada não ajuda a retocar a imagem amarrutada da instituição.

Antes mesmo de o novo Congresso instalar-se, sob o acicate dos votos negados pelos eleitores que não compareceram às urnas, dos que depositaram as cédulas em branco ou dos

que anularam o voto na suprema manifestação de repulsa, já se ensaiavam as primeiras articulações inspiradas pela ânsia de modernizar o Legislativo através de ampla reforma de suas esclerosadas estruturas.

Daí resultou anteprojeto de múltipla autoria, mas que recebeu a assinatura identificadora do competente e dedicado deputado Nelson Jobim e que transita por comissão interpartidária antes que suas propostas, amparadas pelo consenso, cheguem a plenário. As modificações sugeridas somam uma centena e meia, o que dá idéia da amplitude do que reclama vassourada em regra e urgente.

Se a coceira revisionista não esmoreceu e se a rotina parlamentar é necessariamente lerda, a evidência é que a sociedade está a cada dia mais atenta e espicaçada pelo sentido de urgência.

O Congresso, o Senado e a Câmara necessitam abreviar o passo para não perder a hora. Não há tempo a perder, ninguém se conforma em esperar que se esgotem os prazos da preguiça regimental.

O atropelo da urgência explode em evidências gritantes. E lateja em inchaços insuportáveis.

A uma voz proclama-se a falência abagunçada do quadro partidário. Não é para menos. São 39 os partidos registrados e mais oito na fila à espera da decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Mas, então, por que se retarda o enxugamento antes que a negociata com aluguel de siglas de ficção desmoralize, até a última degradação, a atividade política? A irresponsabilidade alcança dimensões intoleráveis, exibe-se em recibos de transações indecorosas para a cessão de tempo do privilégio partidário em rede nacional de rádio e TV e agride a sociedade no excesso insustentável da ocupação gratuita do horário nobre por legendas caricatas.

A valorização do Legislativo passa necessariamente pelo fortalecimento dos partidos. Portanto, a reforma tem que começar por aí, como item indispensável e prioritário de projeto conseqüente.

Não se trata de solução milagreira e que, por si só, reaproxime o Congresso do eleitor. Pois ainda agora mesmo estamos assistindo ao espetáculo deprimente do ainda maior partido do país, no desatino da decadência, entregar-se de olhos vendados à ambição pessoal do proprietário que arrematou a legenda e colocou-a a serviço de sua candidatura presidencial. O PMDB do Q precisa ser entendido na pungência do seu drama para que não seja invocado como um desmentido à necessidade da reforma partidária para forçar a formação de legendas poderosas e representativas.

Não se confunda a exceção com a regra.